

O HIPERSECTOR DA COMUNICAÇÃO:  
TENDÊNCIAS E DESAFIOS

Helena Sousa  
Universidade do Minho

Estando esta comunicação integrada no painel *Estratégias Económicas Dominantes no Hipersector da Comunicação*, a primeira interrogação que se nos coloca é a própria possibilidade de abordar, no seu todo, o hipersector da comunicação. De que falamos, quando nos referimos ao hipersector da comunicação? Referimo-nos aos media tradicionais (imprensa, rádio e televisão)? Incluímos nesses media tradicionais os suportes digitais e interactivos? Integramos neste conceito os media locais, regionais, nacionais e internacionais? As telecomunicações e as novas tecnologias da informação e da comunicação fazem parte deste hipersector? Vale ainda a pena distinguir os meios de difusão de massas das tecnologias de informação unipessoais? Quais as fronteiras deste hipersector? No limite, será este conceito útil, enquanto ferramenta analítica e conceptual?

A segunda interrogação que nos parece relevante prende-se com a possibilidade (ou impossibilidade) de distinguir as estratégias económicas na comunicação dos quadros políticos (e reguladores) e das tendências sociais mais amplas. Será igualmente possível procurar compreender as estratégias económicas deste hipersector sem uma análise das dimensões tecnológicas e culturais? Como poderemos construir objectos de estudo nesta esfera, simultaneamente capazes de uma compreensão profunda da realidade e suficientemente abrangentes de modo a permitir a generalização? Vale a pena teorizar sobre um tão fluido campo?

Não temos, naturalmente, condições para dar resposta a estas interrogações e muito menos para apresentar as «estratégias económicas dominantes» deste hipersector. Poderíamos apresentar brevemente os processos e as dinâmicas que têm sido considerados fundamentais neste domínio: liberalização, privatização, desregulamentação (ou re-regulamentação), concentração, comer-

cialização, convergência, entre outros. Mas optámos por colocar somente em cima da mesa alguns aspectos sobre a inter-conexão entre a chamada «Sociedade da Informação» e a «Globalização», entradas que nos parecem relevantes para a leitura das referidas dinâmicas e que constituem, de alguma forma, o pano de fundo no qual se concretizam as estratégias económicas deste complexo domínio.

A «SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO»  
E A «GLOBALIZAÇÃO»: ALGUNS PRESSUPOSTOS

Genericamente, os conceitos de «Sociedade da Informação» e de «Globalização» remetem-nos para a ideia de que vivemos hoje numa sociedade com características bem diferentes daquela em que viveram as gerações anteriores. Esgotados (ou aparentemente esgotados) os conceitos de capitalismo e pós-capitalismo, fordismo e pós-fordismo, industrialismo e pós-industrialismo, modernismo e pós-modernismo, socialismo, autoritarismo, entre outros «ismos», inúmeros cientistas sociais procuraram, na última década, desenvolver instrumentos analíticos alternativos (ainda que, por vezes, utilizados em complementaridade) para ler este «novo» mundo. Webster (1995: 7-26) considera que a ideia de que vivemos numa nova sociedade, numa «Sociedade da Informação», passa por cinco critérios de identificação: tecnológico, económico, ocupacional, espacial e cultural.

Começando pela dimensão tecnológica, a forma mais comum de definir a «Sociedade da Informação» dá uma grande ênfase à extraordinária inovação no campo das tecnologias. A ideia base é a de que o desenvolvimento de conhecimentos em termos de processamento, armazenamento e transmissão faz com que as tecnologias da informação sejam aplicadas virtualmente em todos os níveis das sociedades actuais (casa, escola, lojas, escritórios, fábricas, bancos, etc.). Versões mais sofisticadas da transformação da sociedade em «Sociedade da Informação» dão particular atenção à convergência e ao estabelecimento e multiplicação de redes de comunicação avançadas em todos os sectores.

O critério económico tem sido também utilizado para justificar a emergência de um novo tipo de sociedade. Vários autores

(Machlup, 1962 e Porat, 1977, 1978 in Webster, 1995) procuraram medir a «Sociedade da Informação» em termos económicos. Trabalhando com diversas categorias, estimaram a contribuição das indústrias da informação/conhecimento para o Produto Nacional Bruto dos Estados Unidos. Porat, por exemplo, concluiu que esta contribuição se situava ao nível dos 46% e que, por isso, os Estados Unidos poderiam ser considerados uma «Sociedade da Informação». Ainda que este trabalho de quantificação do peso da informação nas economias nacionais seja notável, não deixam de ser altamente problemáticos os processos de construção das categorias e de tomadas de decisão relativamente ao que deve ser incluído e excluído do sector da informação.

Outra forma de avaliar a emergência de uma «Sociedade da Informação» é através da análise da transformação ocupacional. A ideia é a de que viveremos numa «Sociedade da Informação» quando a maior parte das pessoas tiverem empregos relacionados com a informação. Isto é, haverá uma «Sociedade da Informação» quando o número de professores, advogados, profissionais de serviços, agentes culturais, etc. constituírem um número superior aos agricultores, operários, etc. Parece, de facto, óbvio que as profissões que exigem grandes esforços físicos estão em declínio, enquanto que as profissões que solicitam competências ao nível da manipulação de dados e da informação estão em claro crescimento.

A concepção espacial da «Sociedade da Informação» contém no seu âmago a noção distintamente geográfica de «espaço». Esta concepção coloca uma ênfase clara nas redes de informação que ligam locais distantes e que, conseqüentemente, têm um efeito profundo na organização do tempo e do espaço. Goddard (in Webster, 1995: 18-19) identifica quatro elementos inter-relacionados na transição para uma «Sociedade da Informação»: i) a informação começa a ocupar o lugar central como «recurso estratégico fundamental», da qual depende a organização da economia mundial; ii) os computadores e as tecnologias da informação constituem a infra-estrutura que permite o processamento e a distribuição da informação numa escala historicamente nova e que possibilita o comércio e a gestão de questões políticas no plano glo-

bal e em tempo real; iii) a comercialização da informação tem tido um extraordinário crescimento, nomeadamente os serviços relacionados com os novos media (satélite, cabo, vídeo) e os serviços on-line; iv) a crescente informatização da economia está a facilitar a integração das economias nacionais e regionais, tornando-se verdadeiramente global devido à rapidez de processamento e de transmissão da informação.

A última dimensão da «Sociedade da Informação» de que nos fala Webster (1995) é a cultural. Esta será provavelmente a dimensão mais referida, mas de mais difícil apreensão. É possível constatar, no dia-a-dia, que tem havido um crescimento extraordinário de informação acessível a grande parte dos cidadãos. As sociedades contemporâneas dispõem de mais informação do que alguma vez esteve disponível ao conjunto das gerações anteriores. A saturação do ambiente simbólico, através dos media, faz com muitos considerem que estamos perante uma «Sociedade da Informação».

Mais do que identificar as potencialidades e fraquezas dos discursos que compõem a ideia da emergência de uma nova sociedade (Bell, 1976; Castells, 1999) e dos que colocam a sua ênfase na continuidade e não na ruptura (Schiller, 1976; Habermas, 1962, edição de 1989; Giddens, 1987 e 1990; e Garnham, 1990), importa reconhecer que existe um importante debate sobre a natureza e as características fundamentais da sociedade actual e do papel da informação e dos media na reconfiguração dessa sociedade nacional e/ou global. Não temos, neste artigo, a pretensão de debater se a intensificação do desenvolvimento das telecomunicações e das novas tecnologias da comunicação implica, ou não, uma ruptura com o passado. Mas consideramos que, independentemente de constituir ou não uma ruptura com o passado, há, de facto, uma extraordinária aceleração ao nível do desenvolvimento das tecnologias da comunicação com sérias implicações ao nível da produção, distribuição e consumo dos produtos informativos e mediáticos.

O conceito de «globalização» coloca outro tipo de problemas e questiona a própria noção de sociedade, tão cara à maior

parte dos cientistas sociais. Num mundo cada vez mais globalizado ou integrado, o principal objecto de estudo do sociólogo, a sociedade, precisa de ser repensado. A ambição de compreender o mundo na sua totalidade tem pertencido às Teorias das Relações Internacionais, enquanto os sociólogos se têm ocupado tradicionalmente com a vida social humana, grupos e sociedades. Tal (suposta) separação disciplinar parece resistir com (alguma) dificuldade e a noção de global, com todas as suas potencialidades e problemas, não deixa de ser uma entrada conceptual útil para a leitura das sociedades, do mundo e das suas respectivas e interligadas (de)ordens.

Partindo de uma base sociológica convencional, Giddens serve-se do conceito de globalização para pensar o Estado e o sistema mundial. Este sociólogo (1987 e 1990) vê a globalização como uma consequência da modernidade e como fruto das transformações das relações sociais. Para Giddens, a globalização corresponde à intensificação das relações sociais globais que ligam comunidades distantes, de tal modo que aquilo que acontece nas comunidades locais é formatado (*shaped*) por acontecimentos que têm lugar a uma grande distância e vice-versa (1990: 64). A globalização ocorre assim em quatro grandes domínios do social: a expansão do sistema de Estados-nação, o alcance global da economia capitalista, a divisão internacional do trabalho e o sistema global de alianças militares (1990: 55-78). Para Giddens, há claramente uma relação estreita entre o processo de desenvolvimento do Estado moderno e o processo de globalização, uma vez que a afirmação dos Estados-nação depende da generalização de normas de reconhecimento mútuo, nomeadamente no que toca ao respeito pela soberania. Não há Estado sem globalização nem globalização sem Estado.

Associando a globalização à própria modernidade e à constituição do Estado-nação, Giddens distancia-se de autores como Robertson (1997) que consideram que a globalização, enquanto processo e paradigma, não se limita ao passado recente. Robertson entende que a circunstância do Estado-nação se ter globalizado e constituir hoje o quadro administrativo em que vivemos não deve, por si só, assumir-se como o ponto de partida para a tentativa de

compreender o fenómeno na sua complexidade e densidade. Por isso, Robertson (1997: 7-9) propõe um percurso histórico-temporal da globalização, que vai desde o século xv até à actualidade.

A *Fase Germinal* deste fenómeno durou, na Europa, desde o princípio do século xv até meados do século xviii e caracterizou-se pelo desenvolvimento (incipiente) das comunidades nacionais e pelo progressivo desaparecimento do sistema medieval «transnacional». Correspondeu também à afirmação de ideias sobre o indivíduo e sobre a humanidade, à expansão da Igreja Católica, ao desenvolvimento da geografia moderna e à generalização do calendário gregoriano. Entre meados do século xviii e 1870, teve lugar, essencialmente na Europa, a *Fase Incipiente* da globalização, que se caracterizou pela solidificação dos Estados e da ideia de Estado unitário e homogéneo, pelo aumento significativo de tratados e convenções internacionais e pelo aumento de organizações transnacionais e internacionais (algumas das quais ligadas às comunicações). A *Fase de Levantamento*, entre 1870 e 1920, correspondeu a um período de consolidação das tendências manifestadas anteriormente, de desenvolvimento de conceitos sobre «comportamentos aceitáveis» por parte dos Estados e sociedades, de formalização internacional de ideias sobre a «humanidade», do crescimento acelerado das comunicações «globais» (telégrafo e telefone) e da afirmação de competições globais (ex.: Jogos Olímpicos, Prémios Nobel, etc.). A *Fase da Luta pela Hegemonia* compreende o período entre meados do século xx e os finais dos anos 60. Nesta fase, foi fundada a Sociedade das Nações e, posteriormente, as Nações Unidas, tendo sido estabelecido o princípio da independência nacional. O Holocausto e a bomba atómica marcaram profundamente estes anos. Por último, Robertson refere a *Fase da Incerteza*, entre o final dos anos 60 e o início dos anos 90, período que ficou marcado pela Guerra Fria e pelo desfecho da bipolaridade em que assentavam as relações internacionais globais. Neste período, houve uma extraordinária expansão das instituições globais e dos movimentos globais (ex.: ambientalismo e feminismo) e uma aceleração dramática dos meios de comunicação; as sociedades deba-

teram-se com grandes problemas relacionados com o multi-cultalismo e etnicidade; o «indivíduo» passou a ser entendido de uma forma mais complexa, sendo tomadas em consideração questões como género, etnia, raça, etc.; os direitos humanos transformaram-se numa temática verdadeiramente global e todo o sistema internacional tornou-se mais fluído e complexo.

Este esboço histórico-temporal sobre o processo de globalização, apresentado por Robertson (1997), não constituiu efectivamente um quadro de leitura do fenómeno, mas remete-nos para a dimensão empírica e vivencial. A globalização é apreensível nas suas inúmeras manifestações: a internacionalização da propriedade e do capital, a internacionalização da produção, da prestação de serviços e de consumo, do turismo internacional e das migrações, do esbatimento das barreiras culturais, etc. Qualquer que seja o posicionamento dos autores sobre o conceito e/ou sobre a realidade empírica que lhe está subjacente, a globalização – enquanto aproximação do local ao distante e do distante ao local (Giddens, 1990) e enquanto redução/compressão do tempo e do espaço, como lhe chama Harvey (1989) – está inevitavelmente ligada aos meios tecnológicos de comunicação e às mensagens/informações veiculadas.

Ainda que as problemáticas inerentes ao processo de globalização estejam longe de se esgotar no plano das comunicações, a centralidade dos media e da informação neste processo é hoje reconhecida pela quase generalidade dos cientistas sociais. Associadas ao desenvolvimento das tecnologias da comunicação no final do século xix e no princípio do século xx (telégrafo, telefone, rádio), as agências noticiosas constituíram, desde o século xix, a forma mais significativa de integração no sistema mediático internacional. Até ao desenvolvimento da rádio e do cinema, as agências noticiosas *Reuters*, *France Press*, *Associated Press* e *United Press International* dominavam claramente o panorama da informação internacional. Por volta da II Guerra Mundial, *Hollywood* projectava para todo o mundo os seus símbolos e representações, a televisão generalizou-se e os países mais ricos desenvolveram os seus sistemas mundiais de rádio (*Voz da América*, *Serviço Mundial*

da BBC, etc.). No entanto, foram os anos 60, com a tecnologia espacial e com satélites, que deram um novo impulso a este processo. O desenvolvimento das multi-nacionais, na sequência do crescimento económico do pós-guerra, levava também a uma necessidade premente de comunicações mais avançadas, em termos de volume e de rapidez de transmissão. A conjugação da ideologia neo-liberal com as novas tecnologias do cabo e do satélite (nomeadamente a sua aplicação à distribuição de conteúdos audiovisual) fez com que os anos 80 tivessem sido também anos de aceleração da mudança: multiplicam-se os meios, aumenta a exportação/importação de produtos informativos e culturais, surgem novos serviços globais de rádio e televisão (ex.: CNN, MTV, *BBC World Television*). Na sequência destes processos, com momentos nítidos de aceleração, os sistemas globais de comunicação continuam a intensificar-se e a complexificar-se.

Nesta abordagem, não entendemos os conceitos de «Sociedade da Informação» e de «Globalização» essencialmente como instrumentos de leitura do mundo, mas como condição empírica que necessita de ser teorizada. Independentemente do nosso posicionamento sobre a utilidade/inutilidade dos conceitos como instrumentos analíticos aplicáveis a várias disciplinas das ciências sociais, é nosso ponto de partida duas ideias subjacentes aos inúmeros discursos sobre a sociedade da informação e sobre a globalização: i) vivemos em *sociedades* nas quais a informação e o conhecimento assumem uma importância crucial e ii) vivemos num mundo onde as redes e inter-conexões são cada vez mais densas e complexas. Para nós, a «Sociedade da Informação» e a «Globalização» não constituem, portanto, a explicação, mas a base empírica relativamente consensual que nos serve (apenas) de mínimo denominador comum para reflectir sobre as principais tendências e desafios na comunicação e nos media.

O DEBATE INTER-PARADIGMÁTICO:  
UMA POSSIBILIDADE TEÓRICA

Tendo em consideração estes pressupostos, faremos agora uma incursão teórica exploratória através de um corpo de literatu-

ra que entendemos poder contribuir para a leitura das actuais tendências e das contra-tendências no chamado hipersector da comunicação. Dada a relevância das dimensões económica (produção, distribuição e consumo de produtos informativos e culturais) e política (práticas de exercício de poder dos actores envolvidos ao nível da produção e as necessárias condições para a sua circulação e recepção) da comunicação e dos media, o clássico Debate Inter-paradigmático das Relações Internacionais constitui, no nosso entendimento, um terreno fértil, ainda que raramente utilizado, para esta reflexão.

A primeira disciplina de Política Internacional (Relações Internacionais é um conceito desenvolvido no pós-guerra) foi criada em 1919, quando um empresário do país de Gales, David Davies, entendeu que, se existisse uma disciplina universitária que se dedicasse ao estudo dos problemas políticos internacionais, seria possível evitar futuras guerras. Durante 20 anos, as Relações Internacionais ficaram marcadas pela tentativa assumida de criar um mundo melhor. Esta fase *normativa* da disciplina foi acusada de *idealista* e de não se ocupar efectivamente das questões internacionais, mas de pensar o mundo tal como *deveria ser* e não como era na realidade. A principal oposição à perspectiva normativa surgiu por parte de um conjunto de autores que viriam a ser chamados de *realistas*. O debate entre idealistas e realistas não está esgotado, mas não iremos aqui considerá-lo, até porque vamos centrar a nossa atenção nos principais aspectos do Debate Inter-paradigmático que compreende precisamente i) o Realismo, ii) o Pluralismo ou Inter-dependência e iii) o Estruturalismo ou Dependência.

Estas (grandes) teorias têm sido representadas (de uma forma obviamente simplista) por três imagens distintas. Para os realistas, o mundo é um sistema tipo «*mesa de bilhar*» onde os Estados estão em colisão intermitente; para os pluralistas, o mundo é uma «*teia de aranha*», uma rede de inúmeras inter-relações, e, por último, para os estruturalistas, o mundo é um «*polvo*» com fortes tentáculos a sugar constantemente a riqueza das periferias enfraquecidas (Banks, 1985: 12). Nestas representações de

mundo, em termos de actores, os realistas pensam nos Estados, os pluralistas preocupam-se com os Estados em articulação com um amplo conjunto de outros actores e os estruturalistas pensam nas classes. No que diz respeito a dinâmicas internacionais, os realistas vêem o primado da força; os pluralistas, os complexos movimentos e transformações sociais; e os estruturalistas, a economia. Do ponto de vista da preocupação da disciplina de Relações Internacionais, os realistas entendem que esta se deve ocupar com as acções do(s) Estado(s); os pluralistas entendem que deve ter a pretensão de compreender os grandes acontecimentos à escala mundial; e os estruturalistas consideram que deve tentar perceber os contrastes (dramáticos) entre ricos e pobres (Banks, 1985: 12-13). Ultrapassado o simplismo gráfico (mas continuando na síntese das sínteses), podemos afirmar que a perspectiva realista tem sido claramente dominante e que, apesar de ignorar aspectos relevantes da actualidade (nomeadamente no que diz respeito ao processo de globalização), oferece uma poderosa leitura para a condição de permanente luta de poder entre os actores que sempre consideraram fundamentais na cena internacional: os Estados.

Apesar de frequentemente serem destacadas as diferenças entre autores realistas, desde Maquiavel (1532, edição de 1965, e 1988) e Hobbes (1651, edição de 1991) até Carr (1939) e Morgenthau (1948, edição de 1978), iremos aqui ocupar-nos apenas dos aspectos convergentes do paradigma realista. Baylis e Smith (1997: 114-119) consideram que as dimensões comuns a todos os autores são: o Estado, a sobrevivência e a auto-ajuda. Para os realistas, o Estado soberano está intrinsecamente ligado ao uso da força. No seu contexto territorial, soberania significa que o Estado tem autoridade suprema para impor as suas leis. Esta é a base implícita do contrato entre os Estados e os indivíduos: a liberdade é moeda de troca pela garantia de segurança que só o Estado pode oferecer. Estabelecida a segurança, a sociedade civil pode agir. Sem segurança, não há condições para a existência de aspectos secundários da vida social como a arte e a cultura. A principal função do Estado é, portanto, a de *organizar* o poder internamente e de o acumular internacionalmente.

O segundo princípio que une os autores realistas é a noção de que o principal objectivo, na política internacional, é a sobrevivência. A tentativa permanente de acumulação de poder e assim garantir a sua sobrevivência é o único fim comum a todos os Estados. Waltz, um dos mais importantes autores neo-realistas, afirma mesmo que, para além da sobrevivência, os objectivos dos Estados variam interminavelmente (1979). Por último, os realistas entendem que os Estados não podem depender de outros ou de estruturas internacionais para garantir a sua própria segurança. Em política internacional, não há amizade, honra ou ética. Na ausência de um sistema de governo global verdadeiramente eficaz, os Estados vivem num mundo de constante incerteza e, por isso, devem zelar em permanência pela sua segurança, confiando prioritariamente em si próprios. Os realistas não ignoram os outros actores internacionais. Estão apenas convictos de que esses outros actores não têm poder efectivo. Se eventualmente o tiverem é porque esse poder lhes foi delegado pelos próprios Estados, numa tentativa de (melhor) afirmar o seu poder no plano internacional.

Depois da II Guerra Mundial, o realismo começou a ser atacado por não dar a devida atenção ao crescimento de actores transnacionais, às relações (económicas e sociais) internacionais que se desenvolviam com grande intensidade e aos processos de integração regional. Nos anos 70, havia já um claro reconhecimento de dois importantes corpos de literatura (inter-dependência e estruturalismo) que ofereciam modelos bem diferenciados de pensar o mundo. Estes modelos foram também (e rapidamente) alvo de críticas por parte de uma forte vaga de importantes autores neo-realistas, como Cohen (1974), Tucker (1977), Bull (1984), Gilpin (1984), Krasner (1978, 1983), Waltz (1979) e Mayall (1982). Estes e outros importantes teóricos mantiveram, até hoje, o realismo como o mais forte paradigma teórico das Relações Internacionais.

Os pluralistas, por seu lado, partem da ideia base de que o mundo é extremamente complexo, composto por inúmeros cen-

tros de poder e cada vez mais inter-dependente. Os autores deste paradigma – por exemplo, Burton (1984 e 1985), Jervis (1976), Mitchell (1981), Keohane e Nye (1973 e 1977) e Morse (1976) – vêem os indivíduos como peças fundamentais no processo de contínua construção de grupos, identidades, nações, estados, religiões, organizações, associações, empresas multi-nacionais, etc. Este modelo reabilita a natureza humana: a guerra e o conflito não são encaradas como a condição natural da humanidade. Burton, um dos mais relevantes autores deste paradigma, afirma que os académicos tradicionais das Relações Internacionais (leia-se realistas) suspeitam de qualquer referência às necessidades humanas e à dimensão psicológica do comportamento: «a integração da dimensão antropológica e psicológica ameaça o seu modelo. Acontecimentos como as derrotas no Vietnam, Irão, Líbano e o impasse soviético no Afeganistão são entendidos como meras anomalias e nunca como prova de que o modelo de poder (*power model*) falhou» (1985: 51). Alternativamente, Burton parte do ser humano e das suas necessidades específicas, especialmente da necessidade de identidade, para explicar os mais importantes acontecimentos na «sociedade-mundo». O poder efectivo não reside, efectivamente, no Estado, mas nos grupos de identidade. Por isso, a separação entre política doméstica e política internacional tem apenas contribuído para a incompreensão da natureza profunda dos conflitos.

Argumentando, por vezes, que a crescente inter-acção de múltiplos sistemas poderá tornar o Estado uma entidade obsoleta, alguns autores pluralistas poderão ir longe demais na ênfase que colocam nas interconexões. Young (in Maghroori e Ramberg, 1982: 17-18) afirma que o crescente nível de interdependência irá levar à emergência de uma comunidade mundial que, por sua vez, dará origem a um «Estado mundial» capaz de gerir essas mesmas interdependências. Apesar de algumas perspectivas que nos parecem desajustadas da realidade, o pluralismo alerta-nos para a crucial importância de fragmentar o Estado enquanto unidade de análise e para a necessidade de integrar na leitura do mundo disciplinas tradicionalmente fora do âmbito das Relações Internacionais,

como a Sociologia, a Antropologia, a Psicologia e até mesmo a Biologia. A relativa sub-representação deste corpo de literatura no contexto das teorias das Relações Internacionais explica-se, de acordo com Banks (1985), pelo facto de não existirem sínteses deste paradigma ao nível das efectuadas por Carr, Morgenthau e Waltz para a(s) teorias(s) realista(s).

Particularmente a partir de final dos anos 60, o realismo sofreu também um forte ataque dos estruturalistas e/ou teóricos da dependência. Este quadro teórico da dependência foi desenvolvido de uma forma extremamente fragmentada (em termos geográficos e de conceitos) e incorpora várias teorias neo-marxistas. Um dos mais significativo representante deste quadro de pensamento é Wallerstein, autor que considera que todos os acontecimentos sociais têm que ser analisados no contexto de um «sistema-mundo» (1974, 1980, 1989 e 1991). Para Wallerstein, como de resto para autores como Frank (1979), Cardoso e Faletto (1979) e Galtung (1971), o Estado não é considerado a unidade de estudo mais relevante no sistema internacional. Wallerstein fala de «sistema» no sentido em que todos os elementos que o compõem estão inter-ligados e todos os desenvolvimentos que aí ocorrem podem ser explicados por factores internos.

As distintas teorias (ou sub-teorias) deste quadro (análise centro-periferia, sistema-mundo e dependência) têm, pelo menos, dois elementos comuns: i) a preocupação com as relações assimétricas entre ricos e pobres; entre centro(s) e a periferia(s) ou entre o primeiro mundo e o terceiro mundo; e ii) uma visão pessimista relativamente à possibilidade de resolução das assimetrias, uma vez que os países em vias de desenvolvimento (melhor, os pobres ou periferias) estão integrados num sistema global que é altamente desfavorável ao seu desenvolvimento económico e cultural. Ainda que utilizem instrumentos teóricos diferenciados, estas perspectivas neo-marxistas consideram que os actores verdadeiramente importantes na esfera internacional são as classes dominantes e os interesses económicos, actores estes que impedem os elementos dominados do sistema de desenvolverem a sua capacidade de intervenção autónoma e independente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS (MAS CERTAMENTE  
NÃO CONCLUSIVAS)

Apresentados os princípios de um debate de longa data, podemos interrogar-nos sobre a articulação entre estes paradigmas e o fenómeno da globalização. A noção de globalização aparece frequentemente associada à ideia de inter-dependência. Tem sido mesmo encarada como forma superlativa de internacionalização, transnacionalização ou integração mundial. Os pluralistas vêem a globalização como o resultado natural de um longo percurso de transformação do sistema mundial. A globalização mina os pressupostos realistas, na medida em que torna evidente que, no mundo de hoje, os Estados já não detêm o papel central que outrora tiveram. Os pluralistas entendem que um conjunto alargado de actores actua agora na esfera internacional e que este processo de crescente inter-conexão muito deve ao desenvolvimento das novas tecnologias da informação e da comunicação.

Não são apenas os teóricos da inter-dependência que têm uma visão sobre o processo de globalização. Os realistas entendem que esse fenómeno não altera as características fundamentais do mundo político, nomeadamente no que toca à divisão territorial em Estados-nações. Reconhecendo, naturalmente, o desenvolvimento das inter-conexões entre sociedades e economias, os realistas consideram que a globalização não torna obsoleta a luta pelo poder entre os Estados. A globalização afecta a vida social, económica e cultural, mas não transcende o sistema política internacional dos Estados.

Os teóricos da dependência consideram que a globalização é apenas o último passo no desenvolvimento do capitalismo internacional. Do ponto de vista empírico, não introduz nenhuma alteração digna de registo e, do ponto de vista teórico, não torna redundante os seus modelos e conceitos. Sendo um fenómeno liderado pelo Ocidente, para além de implicar frequentemente uma redução dos direitos sociais dos trabalhadores nos países desenvolvidos, a globalização continua a promover o alargamento do fosso entre ricos e pobres, centro(s) e periferia(s).

Informados sobre as leituras do mundo apresentadas no contexto do Debate Inter-paradigmático e respectivas visões sobre

a globalização, podemos regressar a Robertson (1992, 1995 e 1997) pela pertinência do seu modelo no que diz respeito à (tensa) dinâmica entre nacional e internacional, local e global. Robertson aceita que a conectividade global compreende implicitamente a expressão da unicidade, o sentido de que o mundo – pela primeira vez na história da humanidade – se está a transformar num único espaço social e cultural. Globalização é uma força que tende a unificar, a integrar. A unicidade de Robertson (1992: 6) não implica uniformidade e muito menos unidade. A sua noção de globalização centra-se na ideia de compressão do mundo como lugar único, unicidade essa que funciona meramente como o contexto no qual actuam os agentes sociais e no qual se estabelecem as relações sociais. Este conceito de unicidade não passa de um (possivelmente novo) quadro de referência no qual os agentes sociais projectam a sua existência, identidades e acções. A unicidade global é diferente de unificação, de cultura global e de (com)unidade global. Com esta leitura de um quadro global único, mas não unificado, podemos incorporar as chamadas contra-tendências da globalização (racismo, conflitos étnicos, protecçãoismo económico, fundamentalismo religioso, desenvolvimento de grupos sectários, etc.). A força do quadro conceptual de Robertson reside precisamente no facto de integrar um sentido claro de inclusividade, deixando, porém, espaço para a análise das complexidades do mundo actual e permitindo a compreensão (simultânea e não exclusiva) dos fenómenos de integração e de diferenciação de que a comunicação e os media fazem parte.

A globalização remete-nos, portanto, para a ideia de compressão de mundo como lugar único, ainda que essa unicidade funcione como mero contexto no qual actuam os agentes sociais, onde se jogam interesses, onde se desenvolvem dinâmicas, tendências e contra-tendências. No campo da comunicação e dos media, tendências tais como a concentração, a comercialização e a desregulamentação não podem ser devidamente equacionadas sem uma abordagem dos processos de diversificação, de desenvolvimento de movimentos sociais e cívicos, de regulação e de resistência à standartização informativa e cultural. Tanto as tendências como as contra-tendências (estas mais insuficientemente trabalha-



das) não poderão, por seu turno, ser devidamente interrogadas e analisadas sem a compreensão de um pano de fundo mais abrangente. Em nota (in)conclusiva, poderemos afirmar que a complexidade dos fenómenos comunicacionais e a velocidade da mudança num mundo cada vez mais globalizado faz com que qualquer aproximação simplista às principais tendências económicas no hipersector da comunicação esteja condenada ao fracasso.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BANKS, Michael (1985), «The Inter-Paradigm Debate» in Margot LIGHT e A. J. R. GROOM, *International Relations, A Handbook of Current Theory*, Londres, Frances Pinter.
- BAYLIS, John e SMITH, Steve (coord.) (1997), *The Globalization of World Politics – An Introduction to International Relations*, Oxford, Oxford University Press.
- BELL, Daniel (1976), *The Coming of Post-Industrial Society: A Venture in Social Forecasting*, Harmondsworth, Penguin, Peregrine Books.
- BORGMAN, Christine (2000), *From Gutenberg to the Global Information Infrastructure, Access to Information in the Networked World*, Londres, MIT Press.
- BOYD-BARRETT, Oliver e Daya K. THUSSU (1992), *Contra-flow in Global News*, Academic Research Monograph 8, UNESCO.
- BULL, H. N. (coord.) (1984), *Intervention in World Politics*, Oxford e Nova Iorque, Oxford University Press.
- BURTON, J. W. (1984), *Global Conflict: The Domestic Sources of International Crisis*, Brighton, University of Maryland.
- BURTON, J. W. (1985), «World Society and Human Needs» in Margot LIGHT e A. J. R. GROOM, *International Relations, A Handbook of Current Theory*, Londres, Frances Pinter.
- CARDOSO, Fernando Henriques e E. FALETTO (1979), *Dependency and Development in Latin America*, Berkeley, University of California Press.
- CARR, E. H. (1939), *The Twenty Years' Crisis 1919-1939: An Introduction to the Study of International Relations*, Londres, Macmillan.

- CASTELLS, Manuel (1999), *A Sociedade em Rede, A Era da Informação, Sociedade e Cultura*, Volume I, São Paulo, Paz e Terra.
- COHEN, B. J. (1974), *The Question of Imperialism: The Political Economy of Dominance and Dependence*, Londres, Macmillan.
- DORDICK, Herbert S. e Georgette WANG (1993), *The Information Society, A Retrospective View*, Newbury Park, Sage.
- DOWNING, J. (1997), *Internationalizing Media Theory*, Londres, Sage.
- FEATHERSTONE, Mike (coord.) (1990), *Global Culture – Nationalism, Globalization and Modernity*, Londres, Sage.
- FEATHERSTONE, Mike e Scott LASH (1998), *Spaces of Culture – City – Nation – World*, Londres, Sage.
- FEATHERSTONE, Mike, Scott LASH e Roland ROBERTSON (coord.) (1995), *Global Modernities*, Londres, Sage.
- FRANK, A. J. (1979), *Dependent Accumulation and Underdevelopment*, Nova Iorque, Monthly Review Press.
- GALTUNG, J. (1971), «A Structural Theory of Imperialism» in *Journal of Peace Research*, n.º 8 (1).
- GARNHAM, Nicholas (1990), *Capitalism and Communication: Global Culture and the Economics of Information*, Londres, Sage.
- GARNHAM, Nicholas (2000), «La Theorie de la Société de l' Information en tant qu' Ideologie» in *Reseaux*, n.º 101.
- GIDDENS, Anthony (1987), *The Nation-State and Violence*, Berkeley, University of California Press.
- GIDDENS, Anthony (1990), *The Consequences of Modernity*, Cambridge, Polity Press.
- GIDDENS, Anthony (1999), *O Mundo na Era da Globalização*, Lisboa, Presença.

- GILPIN, R. (1984), *War and Change in World Politics*, Cambridge e Nova Iorque, Cambridge University Press.
- GOLDING, P. e P. HARRIS (1997), *Beyond Cultural Imperialism*, Londres, Sage.
- HABERMAS, Jurgen (1989), *The Structural Transformation of the Public Sphere: An Inquiry into a Category of Bourgeois Society* (1962), Cambridge, Polity.
- HALL, Stuart (1997), *Representation: Cultural Representations and Signifying Practices*, Londres, Sage.
- HAMELINK, Cees (1994), *The Politics of World Communication*, London, Sage.
- HARVEY, David (1989), *The Condition of Postmodernity*, Oxford, Basil Blackwell.
- HOBBS, T. (1991), *Leviathan*, Cambridge, Cambridge University Press.
- JERVIS, R. (1976), *Perception and Misperception in International Politics*, Princeton NJ e Guilford, Princeton University Press.
- KEOHANE, R. O. e J. S. NYE (1977), *Power and Interdependence: World Politics in Transition*, Boston, Little Brown.
- KEOHANE, R. O. e J. S. NYE (coord.) (1973), *Transnational Relations and World Politics*, Cambridge MA e Londres, Harvard University Press.
- KRASNER, Stephen D. (1978) *Defending the National Interest: Raw Materials Investment and US Foreign Policy*, Princeton, Princeton University Press.
- KRASNER, Stephen D. (coord.) (1983), *International Regimes*, Ithaca e Londres, Cornell University Press.
- LIGHT, Margot e A. J. R. GROOM (1985), *International Relations, A Handbook of Current Theory*, Londres, Frances Pinter.

- LITTLE, R. e M. SMITH (coord.) (1991), *Perspectives on World Politics*, Londres e Nova Iorque, Routledge.
- MACQUIAVELLI, N. (1965), *The Art of War*, Nova Iorque, Da Capo Press.
- MACQUIAVELLI, N. (1988), *The Prince*, Cambridge, Cambridge University Press.
- MAGHOORI, Ray e Benett RAMBERG (coord.) (1982), *Globalism Versus Realism: International Relations' Third Debate*, Boulder, Westview Press.
- MATTELARD, Armand (1991), *A Comunicação-Mundo. História das Ideias e das Estratégias*, Lisboa, Instituto Piaget.
- MATTELARD, Armand (1996), *A Mundialização da Comunicação*, Lisboa, Instituto Piaget.
- MATTELARD, Armand (2000), «Vers une Globalisation?», *Reseaux*, n.º 100.
- MAYALL, James (1982), *The Community of States*, Londres, George Allen & Unwin.
- MAYALL, James (1990), *Nationalism and International Society*, Cambridge, Cambridge University Press.
- MCQUAIL, Denis e Karen SIUNE (coord.) (1998), *Media Policy, Convergence, Concentration & Commerce*, Londres, Sage.
- MITCHELL, C. R. (1981), *The Structure of International Conflict*, Londres, Macmillan.
- MOHAMMADI, Ali (coord.) (1997), *International Communication and Globalization*, Londres, Sage.
- MORGENTHAU, H. J. (1978), *Politics Among Nations: The Struggle for Power and Peace*, Nova Iorque, Knopf.
- MORSE, E. L. (1976), *Modernization and the Transformation of International Relations*, Nova Iorque, Free Press.

- NORDENSTRENG, Kaarle e Herbert SCHILLER (1979), *National Sovereignty and International Communication*, Ablex, Norwood NJ.
- NORDENSTRENG, Kaarle et al. (coord.) (1999), *Towards Equity in Global Communications: MacBride Update*, Hampton Press.
- ROBERTSON, Roland (1992), *Globalization: Social Theory and Global Culture*, Londres, Sage.
- ROBERTSON, Roland (1995), «Globalization: Time-Space and Homogeneity-Heterogeneity» in Mike FEATHERSTONE, Scott LASH e Roland ROBERTSON (coord.), *Global Modernities*, Londres, Sage.
- ROBERTSON, Roland (1997), «Mapping the Global Condition» in Annabelle SREBERNY-MOHAMMADI et al., *Media in Global Context, A Reader*, Londres, Arnold.
- SÁNCHEZ-TABERNERO, A. (1993), *Media Concentration in Europe, Commercial Enterprise and the Public Interest*, Dusseldorf, The European Institute for the Media.
- SCHILLER, Dan (2000), *Digital Capitalism, Networking the Global Market System*, Cambridge, Massachusetts, MIT Press.
- SCHILLER, Herbert (1976), *Communication and Culture Domination*, Nova Iorque, International Arts and Science Press.
- SCHILLER, Herbert (1979), «Transnational Media and National Development» in K. NORDENSTRANG e H. SCHILLER (coord.), *National Sovereignty and International Communication*, Nova Jersey, Ablex.
- SCHILLER, Herbert (1985), «Electronic Information Flows: New Basis for Global Domination?» in P. DRUMMOND e R. PATTERSON (coord.), *Television in Transition: Papers from the First International Television Studies Conference*, Londres, British Film Institute.
- SCHILLER, Herbert (1989), *Culture, Inc.: The Corporate Takeover of Public Expression*, Nova Iorque, Oxford University Press.

- SCHILLER, Herbert (1996), *Information Inequality, The Deepening Social Crisis in America*, Nova Iorque e Londres, Routledge.
- TOMLINSON, John (1999), *Globalization and Culture*, Chicago, The University of Chicago Press.
- TUCKER, R.W. (1977), *The Inequality of Nations*, Nova Iorque, Basic Books.
- WALLERSTEIN, Immanuel (1974), *The Modern World System, I, Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century*, San Diego, Academic Press.
- WALLERSTEIN, Immanuel (1980), *The Modern World System, II, Mercantilism and the Consolidation of the European World-Economy*, San Diego, Academic Press.
- WALLERSTEIN, Immanuel (1989), *The Modern World System, III, The Second Era of Great Expansion of the Capitalist World-Economy*, San Diego, Academic Press.
- WALLERSTEIN, Immanuel (1991), *Unthinking Social Sciences: The Limits of the Nineteenth-Century Paradigms*, Cambridge, Polity Press.
- WALTZ, Kenneth N. (1979), *Theory of International Politics*, Reading e Londres, Addison-Wesley.
- WEBSTER, Frank (1995), *Theories of the Information Society*, Londres e Nova Iorque, Routledge.

## O PAP: A DÉCADA EM QUE O ENTRETENIMENTO CONQUISTOU O ESPAÇO DA INFORMAÇÃO

Felisbela Lopes

Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade do Minho

1993 é o ano em que o Panorama Audiovisual Português (PAP) integra um novo canal de televisão em aberto: a TVI. Trata-se da segunda estação privada, que se junta à SIC, que iniciara as suas emissões em Outubro de 1992, e ao operador público quase com 40 anos de existência. Ao longo de uma década, a programação televisiva passou por várias alterações. Uma das mais significativas será a progressiva ocupação do horário nobre por parte do entretenimento e o consequente esvaziamento que essa franja regista no que diz respeito às elites (políticas, culturais, sociais...) mais vocacionadas para participar em programas de informação que, ao longo dos anos, vão sendo excluídos das estações generalistas, nomeadamente das privadas. Neste texto, perspectivamos estas mudanças centrados em dois anos: 1993 e 2003. A década em que a televisão que emite em sinal aberto se tornou praticamente sinónimo de diversão.

### 1 1993: OPÇÕES PARA A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DO PANORAMA AUDIOVISUAL PORTUGUÊS

O ano de 1993 é marcado pelo início das emissões da TVI, a segunda estação privada que se evidencia pela sua ligação à Igreja católica. A RTP apresenta, nesse ano, uma programação competitiva, resultante de uma ideia de serviço público que se concentra, sobretudo, no cumprimento de um conjunto de obrigações do qual está excluído o modelo de programação. A SIC tenta, sem sucesso ao nível do «share», estratégias que abrem confronto com a TV pública, mas, apesar de a sua grelha não reunir substanciais índices de audimetria, este canal propõe formatos televisivos inovadores.

#### 1.1 RTP: uma certa ideia de serviço público de televisão

A RTP opta, nos primeiros tempos de coabitação com os canais privados, por uma política de confronto que se torna visí-